

A análise dos usos do tempo como instrumento para se pensar a juventude¹

Autores: Ana Carla Oliveira Pinheiro²
Flavilio da Silva Pereira³
Rafael França⁴

Resumo:

Nesse artigo serão discutidas algumas possibilidades de uso da metodologia de Análise de Usos do Tempo para estudo das juventudes e será apresentado como exemplo do uso da metodologia, um recorte da pesquisa Indicadores Sociais de Avaliação do Projeto Agente Jovem no Espírito Santo, financiado pela FAPES, onde foi realizada uma análise dos usos do tempo de jovens e suas práticas sociais no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Usos do Tempo, Juventude, Metodologia da Pesquisa, Políticas Públicas.

Introdução

“Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.” É com este provérbio árabe citado por Marc Bloch (2002, p. 60) no livro *Apologia da História ou O ofício do historiador* que iniciamos a discussão sobre a importância do tempo como categoria de estudos. O tempo é um elemento presente nas diversas manifestações artísticas da humanidade, onde ele se torna um fenômeno que escapa ao poder dos homens, sendo atribuído a um deus. Numa concepção durkheimiana esse poder sagrado provém da própria sociedade (DURKHEIM, 1989). Em outras palavras, o tempo transcende o indivíduo porque nasce da própria experiência social. E assim sendo, cada sociedade produz sua própria temporalidade (PRICHARD, 1978). De acordo com

¹ Esse ensaio é parte de um esforço mais amplo realizado no âmbito da pesquisa: Indicadores sociais de avaliação do projeto Agente Jovem no Espírito Santo, financiado pela FAPES (Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo) e da UFES, coordenada pelo Prof. Dr. Mário Hélio Trindade de Lima (In Memoriam).

² Graduada em Ciências Sociais e Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - negracor2000@yahoo.com.br

³ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – flaviliosp@yahoo.com.br

⁴ Graduado em História e Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - rafael.fgs@hotmail.com

alguns autores, na sociedade global grupos sociais vivem em diferentes temporalidades, ou conforme a designação, em diferentes velocidades. Homens velozes e homens lentos são formas de viver em diferentes racionalidades do mundo atual (VIRILIO, 1977, P. 54, apud SANTOS, 1999, p. 260). E, por extensão, em diferentes espacialidades separadas pelo *digital divide* na sociedade da informação, o *ciberspace* e o lugar (LIMA & RANDOLPH, 1999).

Os homens "lentos" são os pobres e desprivilegiados que ocupam o setor "de baixo" na divisão de trabalho, vivendo nas zonas urbanas "opacas" opostas às zonas modernas da cidade "luminosa" (SANTOS, 1999, p. 261). Os excluídos transitam numa zona de desfiliação do *topos* social, que se caracteriza por vínculos frágeis no mundo da precariedade do trabalho (CASTEL, 1998). São desqualificados socialmente morando nas periferias das zonas urbanas em conjuntos habitacionais ou favelas, dependentes de programas sociais do Estado (PAUGAM, 2003). São jovens cujos pais são trabalhadores manuais com baixa qualificação profissional, sobrevivendo do subemprego e do trabalho precário, sem cobertura dos direitos sociais. Jovens que acumulam uma série de desvantagens sociais como o atraso escolar, a escassez de renda e de emprego, as péssimas condições de moradia, vivendo em bairros marcados por altos índices de homicídios, tornando-se as maiores vítimas da violência urbana (ZANOTELLI, 2007, p.1994). Nesse sentido, o tempo e o espaço tornam-se categorias fundamentais a serem incorporadas na análise dos processos sociais (GIDDENS, 1989).

Este artigo pretende realizar uma discussão onde a categoria tempo apareça como chave para se entender a juventude, e como um elemento importante para se pensar políticas públicas que sejam perenes no atendimento a juventude em suas diversas facetas e para isso realizamos incursão às contribuições em prol da definição sociológica de juventude e da discussão sobre a elaboração das políticas públicas para a juventude no contexto brasileiro. Em seguida apresentamos um exemplo de estudo que utiliza a análise dos usos do tempo com objetivo de conhecer o tempo social de jovens beneficiários do programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano⁵. O método de usos do tempo visa conhecer quais as principais atividades que esse grupo social desempenha na vida cotidiana, assim como o conjunto de interações sociais que os indivíduos

⁵ O programa é voltado para jovens de 15 a 17 anos, provenientes de famílias em condição de vulnerabilidade social.

vivenciam em cenários típicos do seu modo de vida em áreas urbanas.

O trabalho tem a intenção de contribuir para uma avaliação geral dos efeitos dos programas sociais na promoção das mudanças sociais desejadas na vida das comunidades, por meio da compreensão das práticas sociais no tempo e no espaço, dos grupos atendidos, assim como dos processos de interação social estabelecidos na vida cotidiana⁶. Com efeito, o estudo de usos do tempo nos permite identificar qual é o perfil do jovem, tanto quanto as atividades, hábitos e práticas que fazem parte da rotina desse jovem.

Quais as principais atividades realizadas pelos jovens beneficiários de programas sociais em seu dia típico? O que o jovem faz com o tempo livre? Quais são os lugares sociais freqüentados por esses jovens? Com quem o jovem interage nos ambientes em que vive? Onde e com quem passa a maior parte do seu tempo? O jovem de camadas populares desempenha atividades de trabalho? Existem diferenças de gênero no uso do tempo entre esses jovens? O perfil do jovem urbano é o mesmo do jovem rural⁷. São questões que objetivam conhecer o modo de vida desse grupo social que é o público e a razão de ser dos programas sociais estudados e, a partir do conhecimento de quem é esse jovem, o que faz e como vive, das singularidades próprias de cada grupo e de seu mundo social, repensar a concepção, os parâmetros, finalidades e valores dos projetos sociais.

Diante do grande número de estudos realizados tendo como objeto o Tempo, não há dúvida a respeito da importância de usar a categoria Tempo como instrumento para se entender e analisar as mais diversas realidades sociais e suas complexidades. Nos trabalhos que tomam a juventude como foco de estudo, a análise de usos do tempo tem sido usada com os objetivos de fornecer dados para intervenção psicoeducativa e promoção do desenvolvimento e da saúde dos jovens (SARRIERA, 2007), compreender como o cotidiano dos jovens é estruturado em relação a aspectos de gênero, tempo de estudo e trabalho (MACHADO, 2006), o uso do tempo de jovens urbanos (GUIMARAES, 2009) e para desvendar as desigualdades entre os indivíduos e suas diversas práticas cotidianas. Levando em consideração que as juventudes não são

⁶ Esse ensaio é parte de um esforço mais amplo que vem sendo realizado no âmbito do projeto de pesquisa: Indicadores sociais de avaliação do projeto Agente Jovem no Espírito Santo, financiado pela FAPES (Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo), em andamento.

⁷ Para fins de comparação designamos, arbitrariamente, como zona rural aqueles municípios com menos de 30.000 habitantes e como zona urbana os municípios com mais de 30.000 habitantes, segundo a contagem da população de 2007 do IBGE.

homogêneas, não se definem simplesmente por cortes etários, locais de moradia, práticas culturais e nenhuma outra característica definidora, a análise dos usos do tempo contribui tanto para sua definição conceitual como para elaboração e adequação das políticas públicas a multiplicidade de juventudes.

Tempo e Vida Cotidiana

A experiência do tempo é vivida, sentida e percebida de diversas formas em cada momento histórico e varia de acordo com cada cultura. O tempo é um instrumento criado pelo ser humano, capaz de coagir os indivíduos a se orientarem de acordo com as noções criadas, é “uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades” (ELIAS, 1998, p.15). Na cultura européia, a transição para a sociedade industrial foi acompanhada de mudanças na percepção do tempo, acarretando uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho e a adoção de nova disciplina de trabalho que culminou numa mudança na notação interna do tempo e numa nova experiência do tempo⁸ (THOMPSON, 1998, p.269). Tal como Elias, Thompson considera o aspecto cultural que perpassa a noção de tempo; cada sociedade atua na organização de sua temporalidade utilizando-se de elementos recorrentes em sua cultura para medir e dividir o tempo. No caso da sociedade industrial, que se complexificava durante o século XIX, o relógio assumiu um papel de destaque, na medida em que permitia uma sincronização do trabalho; além de conferir status social para aquele que o ostentasse.

Conforme exposto, podemos perceber que a compreensão sobre a noção de tempo não deve ser naturalizada ou simplificada; há inúmeras variáveis que transpassam essa compreensão. Uma delas é o viés de gênero. Alguns estudos já tem constatado que esta categoria é importante na compreensão dos usos do tempo por homens e mulheres. Com um olhar sobre a sociedade inglesa do século XIX, Thompson constata que:

O trabalho mais árduo e prolongado de todos era o da mulher do trabalhador na economia rural. Parte desse trabalho – especialmente o cuidado com os bebês – era o mais orientado pelas tarefas. Outra parte

8

Segundo o autor – pela divisão do trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo (THOMPSON, 1998, p. 297).

se dava nos campos, de onde ela retornava para novas tarefas domésticas. (1998, p, 287)

Durante o século XIX, o tempo e a história ocuparam uma posição privilegiada nas ciências sociais e no marxismo ocidental (SOJA, 1993, p.7). Tanto na economia, quanto na ciência política e na filosofia o tempo é concebido como uma categoria central que explica a produção material, o desenvolvimento da história e a evolução das sociedades humanas e do Estado⁹.

O período atual, de acordo com diversos geógrafos, repõe a questão do lugar numa posição central mais do que o tempo (SOJA, 1993; SANTOS, 1999). Conforme esse ponto de vista, impõe-se a necessidade de revisitar o lugar no mundo atual para encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano, enquanto categoria da existência que leva em conta um tratamento geográfico do mundo vivido. (SANTOS, 1999 p.252). O estudo da vida cotidiana revela o modo como um grupo se reproduz socialmente por meio de um tempo circular, permanente, bem como as suas formas de socialização (MARTINS, 2008).

O cotidiano, como conjunto de atividades se constituiria um domínio no qual a atividade produtora se realiza, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras - passividade e criatividade- meios e finalidade etc.) (LEFEBRE, 1991, p.20). Em sua trivialidade o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos), horas, dias, semanas, meses, anos: repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (HELLER, 1985, p. 17). Para Agnes Heller, a vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade, quais sejam: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Lefebvre se utiliza de uma análise/reflexão sobre os empregos do tempo para pensar os traços fundamentais que definem a sociedade atual. Classifica as horas em três

⁹ A obsessão do século XIX com o tempo e a história, como a denominaria Foucault, continuou a enquadrar o pensamento crítico moderno: “o espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, foi a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (SOJA, p. 11). (Foucault, p. 23, citado por Soja, p. 27).

categorias, a saber: o tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazeres) e o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades e etc.), postulando que o tempo imposto ganha importância maior que o tempo do lazer. E conclui que somente uma automatização integral da produção tornaria possível a sociedade do lazer (LEFEBVRE, 1991, p.61).

O homem nasce inserido em sua cotidianidade, seu amadurecimento significa que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana em sociedade ou camada social, o adulto deve dominar, antes de tudo, o manejo das coisas. Deve aprender a segurar o copo, a utilizar o garfo e a faca, para citar os exemplos mais triviais. Dessa forma, a manipulação das coisas é sinônimo da assimilação das relações sociais. Segundo Agnes Heller, essa assimilação, esse “amadurecimento” para a cotidianidade, começa sempre “por grupos” (na família, na escola, em pequenas comunidades). Esses grupos *face-to-face* estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas, a ética de outras integrações maiores (HELLER, 1985, p. 18-19).

Segundo Giddens, “a rotina (tudo que é feito habitualmente) constitui um elemento básico da vida cotidiana. (...) O termo ‘cotidiano’ condensa exatamente o caráter rotinizado que a vida social adquire à medida que se estende no tempo e no espaço”. (GIDDENS, 1989, p XIX). A natureza repetitiva de atividades empreendidas de maneira idêntica diariamente é a base material do que Giddens chama de caráter recursivo da vida social (nome que, segundo entende, designa a recriação constante das propriedades estruturais da atividade social)¹⁰ (GIDDENS, 1989, p.XIX).

Fundamental para Giddens são os encontros sociais: “o corpo está posicionado nas circunstâncias imediatas de co-presença em relação a outros. (...) Entretanto, o posicionamento deve também ser entendido em relação à serialidade dos encontros no tempo-espaço” (GIDDENS, 1989, p.XX). No estudo das interações sociais Goffman atribui importância a regionalização dos encontros. Considerando basicamente dois tipos de regiões, região de fachada e de região de fundo onde as atividades sociais são desempenhadas pelos atores sociais. A natureza localizada da interação social deve ser examinada em relação ao diversos locais através dos quais as atividades cotidianas dos indivíduos são coordenadas. A distinção entre esses dois cenários de interação permite

¹⁰ As rotinas da vida cotidiana são fundamentais até mesmo para as mais elaboradas formas de organização da sociedade. No decorrer de suas atividades diárias, os indivíduos encontram-se uns com os outros em contextos situados de interação- interação com outros que estão fisicamente co-presentes (GIDDENS, 1989, p.55).

entender as diferentes formas de interações sociais¹¹. Milton Santos afirma que uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam (SANTOS, 1999, p. 253).

A noção de co-presença, ganha uma nova dimensão quando associada à realidade geográfica da vizinhança, essa “condição de vizinhança” de território compartilhado (SANTOS, 1999, p. 256). Segundo Milton Santos, a proximidade que interessa ao geógrafo – não se limita a uma mera definição de distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Numa análise da situação de vizinhança devem ser apreendidas a totalidade das relações (SANTOS, 1999, p. 255).

A teoria da estruturação de Giddens oferece insights de natureza teórica, mas também técnicas de pesquisa como as do tempo-geografia de Hagerstrand que podem ser diretamente aplicadas ao trabalho empírico, oferecendo um modo de mapeamento e de análise de padrões de reprodução social. Assim, devem ser considerados o significado da rotinização das atividades cotidianas, as contextualidades de interação, sobretudo na medida em que estas se ligam aos aspectos físicos dos ambiente em que os atores se movimentam. E, por último, a idéia da vida cotidiana como uma série de percursos tempo-espaço entrecruzados (GIDDENS, 1989, p.295).

A Juventude como foco de estudo

Ao tomarmos a juventude alvo de políticas públicas como foco desse estudo, é imprescindível, minimamente, uma incursão às contribuições em prol de sua definição sociológica e da discussão sobre a elaboração das políticas públicas para a juventude no contexto brasileiro.

Durante muito tempo o conceito de juventude apontou para uma temporalidade específica marcada basicamente por critérios etários e que se definia por um tempo de

¹¹ Segundo Giddens: “os locais não são apenas lugares, mas cenários de interação. (...) Mas os cenários também são regionalizados de forma que influenciam substancialmente o caráter serial dos encontros e são influenciados por este” (1989, p,XXI). “(...) Toda a vida social pode ser representada como uma série de episódios; os encontros em circunstância de co-presença têm certamente uma forma episódica”. (1989, p.XXIV)

negatividade, ou seja, um período de transitoriedade entre a infância e a vida adulta orientada por contestações provenientes da imaturidade física, intelectual e moral. Daryell (2003, p.24) citando Salem (1986) aponta que este tempo de negatividade representa o jovem como *o indivíduo que ainda não chegou a ser*. Todavia, não intentamos neste ensaio propor ou analisar um conceito para o termo uma vez que corroboramos com o exposto por Pais (2008) que retomando Nietzsche nos lembra que “[...] todo conceito deriva de igualarmos o que é desigual” (PAIS, 2008, p. 8 *apud* Guimarães, 2009, p.20).

Utilizaremos as importantes contribuições já existentes sobre o tema da juventude ou juventudes, tais como as descritas em ABRAMO (1994), ABRAMOVAY (2002), CARRANO, DARYELL (2003), KERBARUY (2005), PERALVA (1997), UNESCO (2004). Haja vista a gama de estudos que se debruçaram sobre temas como saúde, empregabilidade, violência e criminalidade, vulnerabilidades sociais, gravidez etc. desconsiderá-los em busca de novas definições seria de grande inutilidade para nossos propósitos. Assim, cremos que as produções existentes nos dão elementos suficientes para partimos de alguns pressupostos a fim de analisar o problema das políticas públicas para juventude, ponto central deste ensaio.

Atualmente, em contraposição à perspectiva de juventude vista em sua negatividade encontramos a perspectiva de positividade fundada na identificação do jovem como um sujeito social disposto e apto a intervenção e interação na realidade social; é justamente esta perspectiva que será adotada por nossas análises. Em termos analíticos, utilizaremos a definição de juventude exposta por Peralva (1997) onde ela *afirma que a juventude é ao mesmo tempo uma condição social e um tipo representação* (*apud* Daryell, op. cit. 41)

Tendo em conta esse identificação de juventude como condição e representação sociais podemos afirmar que se trata de uma categoria que engloba uma diversidade de significados heterogêneos, determinados por contextos históricos e socioculturais que resultam na afirmação de PAIS, isto é, “um jovem não é de fato igual a outro jovem e o conceito de jovem é uma mera abstração arbitrária de diferenças individuais” (*apud* Guimarães, *op.cit.*, p.20).

PAIS também aponta que na sociologia da juventude existem duas correntes fortes na produção científica sobre o tema sendo elas: a corrente geracional e a corrente classista. A primeira corrente define essa fase a partir das experiências e vivências compartilhadas numa dada fase da vida determinada por critérios etários onde as “descontinuidades intergeracionais são a base da formação da juventude entendida como uma geração social” (*idem*,p.28). Por sua vez, a corrente classista “tende a ver a juventude como um conjunto social com características diversas, constituído de diferentes culturas, e os mais variados grupos sociais que em sua gênese, são ligados, entre outros fatores, às diferenças de classe, às situações econômicas distintas e às diversas configurações de poder que emergem nas várias dimensões das relações sociais. (*ibidem*)

Creemos, neste trabalho, que uma corrente não exclui a outra e que ambas contemplam variáveis explicativas para compreender o tema da juventude e aqui nos interessa analisar o jovem como “um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos” definindo-o desta forma como sujeito social. (Charlot (2000) *apud* Daryell, *op. cit.* p. 43).

Mais especificamente, nosso interesse é discutir e compreender as especificidades e centralidade desta fase da vida para analisar o problema das políticas públicas para a juventude no contexto brasileiro. A literatura especializada afirma reiteradamente a ausência de políticas públicas para a juventude no âmbito da saúde, educação, cultura, desporto, laboral, dentre outras apontando para a necessidade de o Estado atuar efetivamente nesta questão para levar a cabo, de forma sustentável, seu projeto de desenvolvimento.

O processo de elaboração de políticas públicas para a juventude deve considerar seu estatuto sociológico de sujeito ativo na produção da realidade social. O que observamos, no âmbito das políticas públicas, são tentativas de projetos sem perenidade no tempo e no espaço que tem como perspectiva o jovem em sua negatividade, ou seja, suas ações estão direcionadas ao enquadramento e ao controle deste segmento social com o propósito de responder às demandas por ordenamento social.

Exemplar disso é o fato de inúmeros projetos direcionados para a juventude inscreverem-se no escopo das ações de segurança pública, com forte conteúdo socializador tais projetos são, via de regra, elaborados para atuarem junto a jovens institucionalmente referenciados como em situação de risco social ou em vulnerabilidade. Com efeito, esses projetos fundamentam suas ações em atividades com forte conteúdo de educação não formal que buscam a ressocialização dos jovens por eles assistidos bem como um conjunto de oficinas com temáticas sobre qualificação profissional que não garantem a profissionalização e inserção destes indivíduos ao mercado formal de trabalho.

Com esta questão em foco, salientamos também um outro importante ponto tratado por Kerbauy (2005) de que:

[...] no Brasil não haja políticas para este segmento e sim políticas de governo onde observa-se a construção de programas ordenados tematicamente e implementados a partir de determinados critérios de focalização e seletividade da população. “Nesse esquema, corre-se o risco de confundir políticas de juventude com a institucionalidade da juventude, ficando as políticas de juventude fora do contexto ou ilhadas em relação às políticas sociais” (BANGO, 2003). Poderíamos acrescentar: e produzindo programas de governo e não políticas públicas. (*apud* KERBAUY, 2005).

Desta forma, observamos no âmbito das políticas públicas para juventude - a exemplo de outras políticas públicas brasileiras – que a ineficácia de suas ações se dão em grande medida pelas discontinuidades e desenraizamento político com que são implementadas. O caráter homogeneizador de suas ações é um outro importante fator a ser levado em conta no processo de análise e avaliação dos projetos juntamente com sua incapacidade de atender às demandas da juventude dada o seu caráter setorializado e desarticulado no âmbito da gestão.

Decerto, como um projeto constituído sob este paradigma o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano também conta com essas deficiências acima citadas. Uma questão suscitada e de grande relevância para nossas análises é o seu conceito de protagonismo juvenil um dos principais princípios sob os quais atua. Apressadamente, poderíamos conceber que respaldado neste princípio o projeto concorreria para conceber o jovem como sujeito social de acordo com a perspectiva analítica por nós adotada, todavia, estudos sobre o projeto apontam para a parcialidade desta afirmação. Camacho (2007) nos chama a atenção para a concepção de jovem que permeia o Programa Agente

Jovem em especial, pois, segundo sua análise, um Programa como este “[...] entende o jovem como um problema social – é carente, não inserido socialmente, desgarrado da família, desempregado, não participativo e, principalmente, em situação de risco social”. (*apud* Guimarães, 2009, p.59)

A seguir, apontamos as diretrizes normativas do Projeto Agente Jovem dialogando com suas práticas cotidianas destes jovens “agentes jovens” de modo a compreender os usos sociais do capital adquirido através da participação no projeto. Ressaltamos que o propósito deste ensaio é justificar a aplicação da técnica de Usos do Tempo para avaliação de uma política pública, portanto, os pontos discutidos sobre o projeto Agente Jovem serão apenas considerações a serem contextualizadas com o objeto deste artigo.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano: características e contradições

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano se definiu como uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo - que não se configurava como trabalho - e que possibilitasse sua permanência no sistema educacional além de proporcionar experiências práticas que o preparassem para futuras inserções no mundo do trabalho.

Seus objetivos eram: 1) criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; 2) promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; 3) desenvolver ações que oportunizassem o protagonismo juvenil; 4) preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; 5) contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada e; 6) desenvolver ações que facilitassem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho. Quanto aos princípios norteadores propunham a centralidade na família e o protagonismo juvenil.

Preconizava que suas ações deveriam propiciar atividades socioeducativas com as famílias, objetivando fortalecer os vínculos familiares e sua inclusão dos jovens na vida

sociocomunitária; quanto ao protagonismo juvenil, justifica, fomentava-o, para que o jovem pudesse construir sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e de situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária. Propunha também oportunizar ao adolescente vivências concretas como etapa imprescindível para o seu desenvolvimento pessoal e social plenos¹².

Para atingir esses objetivos oferecia capacitação teórica e prática aos adolescentes nas áreas de Cidadania, Meio Ambiente e Saúde para que o jovem adquirisse conhecimentos para multiplicar em sua família e comunidade.

No cotidiano as relações entre os jovens “agentes jovens”, não obstante a capacitação teórica, eram marcadas pelos *habitus*¹³ locais representados por relações assimétricas de gênero, opção e confirmação dos estereótipos midiáticos, interações permeadas pela violência simbólica, idiosincrasias religiosas, disputas territoriais, etc. A partir disto, ressaltamos o papel capital do jovem como sujeito social ao se apropriar destes espaços e significá-los - ou ressignificá-los - de acordo com suas preferências e vivências. O projeto se construía como espaço de sociabilidade, de estabelecimentos de vínculos e afetos além de momentos de lazer e ócio, contudo, também se constituiu num ambiente de dissensões e conflitos haja vista o fato de congregar diferentes juventudes para a execução de um projeto único.

Doutro modo, como contradição apontamos o caráter homogeneizador e socializador que embasam o projeto Agente Jovem além da constatação feita por Guimarães, de que:

“podemos perceber uma lógica ambígua semelhante que perpassa todo o cotidiano do grupo: ao mesmo tempo em que os jovens devem ser agentes jovens, eles não deixam, necessariamente, de ser jovens, pois trazem consigo incorporadas a medida e a força dos vários *habitus* que incorporaram durante toda sua trajetória de vida. O espaço do grupo, dessa maneira, constitui-se num lugar no qual se reúnem diferentes jovens que, como marca de suas trajetórias de vida, trazem diferentes *habitus*” (Guimarães, 181-2)

Com efeito, dada a heterogeneidade dos sujeitos participantes dos projetos Agente Jovem cabe - como metodologia de avaliação - compreendê-los em seus microcosmos, através dos usos que fazem de seu tempo, e apreender-lhes os universos simbólicos que

¹² Fonte: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/portaria879.pdf>

¹³ Conceito cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu que define *habitus* como “ um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, o *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural de um agente em ação

permeiam sua vivências de modo a propor e elaborar políticas públicas eficientes e eficazes de modo a atender as demandas deste segmento social.

A seguir, descrevemos o processo de coleta e análise dos dados por intermédio da técnica de Usos do Tempo aplicado aos grupos de Agente Jovem do Estado do Espírito Santo.

Metodologia

O método de usos do tempo contribui para revelar não apenas o perfil típico de jovens beneficiários de programas sociais, mas principalmente, diferenças marcadas pela vida cotidiana. O instrumento preenchido pelos sujeitos pesquisados constitui uma fonte de registro das atividades do jovem, por meio do qual se pode analisar como se desenrola a vida social no espaço cotidiano.

O levantamento de informações abrangeu os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Mimoso do Sul, Pedro Canário, Ibitirama e Mucurici – Espírito Santo, totalizando uma amostra de 77 diários de usos do tempo, sendo 31 do sexo masculino e 46 do sexo feminino. O método de usos do tempo foi aplicado em uma amostra estratificada por grupos de Agente Jovens e por gênero, através de sorteio. Os grupos foram selecionados por meio de uma lista de municípios do projeto Agente Jovem fornecida pela Secretaria de Trabalho Desenvolvimento e Ação Social do Governo do Estado do Espírito Santo. O diário do uso do tempo abrangeu o registro de informações por 24 horas de um dia escolhido pelo jovem, que descreveu a cada 15 minutos a atividade em que estava realizando.

Os diários de usos do tempo utilizados no levantamento de dados entre os jovens participantes do programa Agente Jovem foram estruturados de acordo com as seguintes variáveis: atividade principal (“o que estava fazendo”); pessoas que participam da atividade principal (“com quem”); local (“em que lugar”), atividade secundária (“o que mais estava fazendo”). Essas informações foram codificadas tomando como referência um livro de códigos organizado a partir de uma categorização dos usos do tempo adaptada¹⁴. Optamos nesse estudo trabalhar uma estrutura categórica criada a partir dos

¹⁴ Nosso livro de códigos foi elaborado a partir da Pesquisa dos Usos do Tempo Belo Horizonte da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, organizado pela Professora Neuma Aguiar.

estudos realizados por Cebotarev (1984) e por Castellá Sarriera et al. (2007)¹⁵. Finalmente, procedeu-se a análise dos dados por meio da distribuição da frequência do tempo gasto em cada atividade pelos jovens estudados, com o auxílio do software estatístico SPSS.

Vida social do jovem participante do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Tendo em vista uma caracterização geral do padrão de atividades entre os jovens pesquisados, os dados (tabela 1) demonstram que o tempo biológico ocupa 48,04% (11,53 horas) do dia do jovem e, em seguida, o tempo obrigatório, 27,34% (6,56 horas), de onde se depreende que, mais de 70% do dia do jovem é dedicado a atividades as quais ele não possui total autonomia para determinar. O tempo livre do jovem aparece em terceiro lugar, ocupando 16,48% (3,95 horas) do dia, quando ele possui autonomia para escolher as atividades realizadas, dentro das possibilidades oferecida pela sua condição sócio-econômica e das opções disponíveis no bairro onde mora.

Tabela 1 – Tempo gasto por categoria temporal

Categorias temporais	% do dia	Horas
Tempo Biológico	48,04	11,53
Tempo Obrigatório	27,34	6,56
Tempo Livre	16,48	3,95
Deslocamento	6,48	1,56
Uso do tempo não especificado	1,66	0,40
Total	100	24

¹⁵ Estruturamos o uso do tempo do jovem em três categorias: **Tempo biológico** ou o tempo dedicado à satisfação das necessidades fisiológicas, alimentação, sono, descanso (Converse e Szalai, 1972:117, apud Cebotarev 19XX); **Tempo obrigatório** definido como o tempo dedicado as atividades escolares, programas sociais e relacionadas ao trabalho com ou sem rendimento (Zamora et al 1995, apud Castellá Sarriera et al 2007) e **Tempo livre** que seria o tempo dedicado a atividades recreativas, intelectuais, físicas e sociais de livre escolha dos jovens (Zamora et al 1995, apud Castellá Sarriera et al 2007).

Os dados mostram que o ambiente relacional da casa e seus domínios (quintal, portão, onde se conversa, namora e pratica outras atividades) se configuram como sendo de extrema importância para o desenvolvimento da socialização e da habilidade de manter relações interpessoais. Do ponto de vista dos contextos espaciais das relações dos jovens a casa aparece como o cenário mais importante.

Os jovens participantes da pesquisa permanecem 60,92% do tempo no espaço da casa, em seguida aparece o espaço da escola ocupando 14,64% do dia do jovem, espaço esse que se enquadra no tempo obrigatório. É importante ressaltar ainda que uma análise mais cuidadosa dos dados aponta que das 14,62 horas em que o jovem se encontra no espaço da casa, 9 horas ele fica só, quando ele está interagindo com a rede social (amigos, vizinhos e outras pessoas conhecidas) o cenário muda e a escola e o local dos projetos sociais aparecem como os espaços mais importantes, ficando claro o papel importante do espaço escolar e dos projetos sociais na socialização desse jovem.

Tabela 2 – Lugares em que o jovem passa o dia

Em que lugar	% do dia	Horas
Casa	60,92	14,62
Escola	14,64	3,51
Projetos sociais	8,10	1,94
Deslocamento	6,60	1,58
Fora de casa	4,64	1,11
Local de trabalho fora de casa	3,53	0,85
Local não especificado	1,57	0,38
Total	100,00	24,00

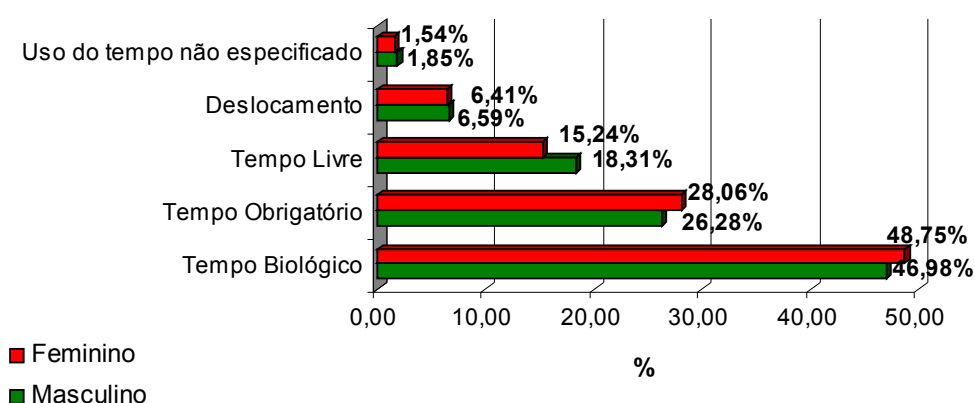
Quando se observa essa distribuição espacial por gênero (tabela 3), as meninas passam um tempo maior do dia no espaço da casa, 62,86%, enquanto os meninos passam em média 58,03%. Apesar da diferença pequena entre meninos e meninas no que tange a permanência no espaço da casa, uma questão que aparece muito marcante é quanto às atividades realizadas. Enquanto apenas 7 meninos apontaram realizar atividades no âmbito doméstico, 30 meninas disseram que realizam atividades de trabalho em casa.

Tabela 3 – Lugares em que o jovem passa o dia por gênero

Em que lugar	% do dia		Horas	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Local não especificado	1,34	1,72	0,32	0,41
Local de trabalho fora de casa	6,55	1,49	1,57	0,36
Fora de casa	6,22	3,58	1,49	0,86
Projetos sociais	7,53	8,49	1,81	2,04
Deslocamento	6,08	6,95	1,46	1,67
Casa	58,03	62,86	13,93	15,09
Escola	14,25	14,90	3,42	3,58
Total	100,00	100,00	24,00	24,00

Os dados a seguir corroboram com as constatações dizem que as meninas ocupam mais tempo do dia com tempo obrigatório – Gráfico 1. Essa diferença se dá devido à associação da permanência em casa por parte das meninas a trabalhos domésticos, o que

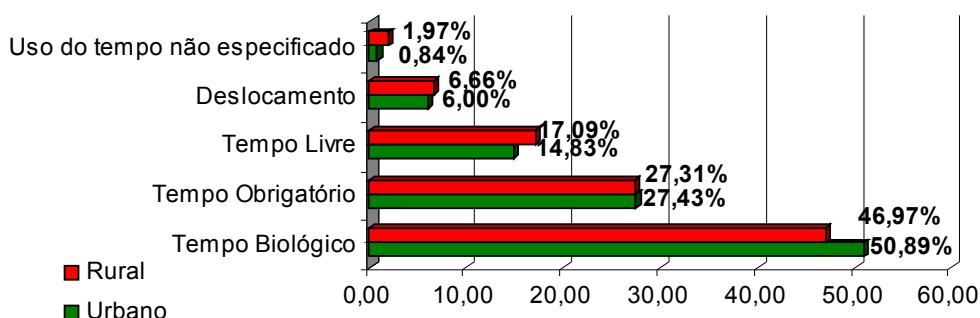
Gráfico 1 - Categorias de usos do tempo por gênero



faz com que elas tenham maiores obrigações que os meninos, enquanto isso os meninos gastam mais tempo com tempo biológico que de acordo com a análise dos dados é um reflexo do maior tempo que os meninos passam dormindo. Outra questão que reflete uma situação relacionada ao gênero é o fato das meninas possuírem menos tempo livre que os meninos.

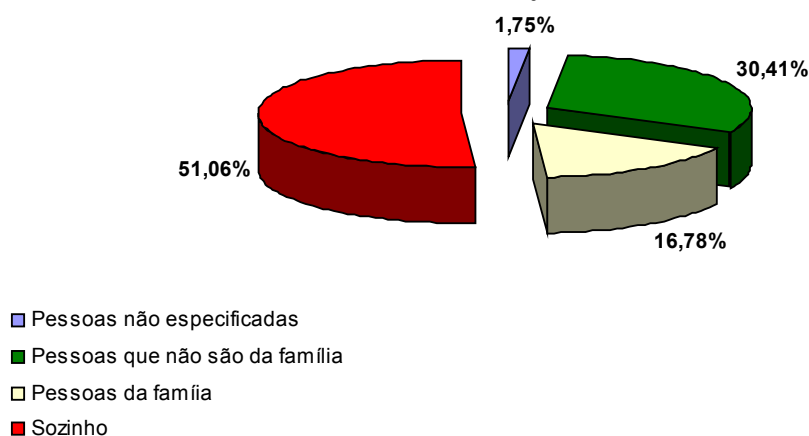
Considerando as diferenças entre jovens do meio urbano e do meio rural – Gráfico 2 - não se apresentam grandes diferenças, se destacando uma diferença maior no tempo biológico, com o que o jovem urbano gasta 50,89% do dia, enquanto o jovem morador

Gráfico 2 - Categorias de usos do tempo, jovem urbano e rural



do meio rural dedica 46,97% do seu dia ao tempo biológico. Outra pequena diferença interessante é quanto ao tempo livre, o jovem do meio rural possui uma parcela maior de tempo livre que o jovem urbano. No gráfico seguinte se pode visualizar em companhia de quem os jovens gastam seu tempo, tendo uma idéia das redes sociais estabelecidas. Esse gráfico apresenta um panorama de redes de socialização e do grau

Gráfico 3 - Redes sociais do jovem



de isolamento social do jovem, na medida em que se observa que esse jovem passa 51,06% do tempo sozinho, em comparação aos 30,41% em que passa com a rede formada por pessoas que não são da família (amigos, vizinhos, pessoas conhecidas) e 16,78% com pessoa da família. Quando se explora esses dados separando os jovens urbanos e rurais, observa-se que o jovem do meio rural passa um tempo maior sozinho, 53,03% do dia, do que o jovem urbano, 45,91% do dia.

Conclusão

O estudo de usos do tempo nos permite conhecer os contextos de interação do grupo estudado. Entender onde as atividades sociais são desenvolvidas e em quais redes sociais se inserem esses jovens, assim como, quanto tempo de seu dia típico o jovem passa nesses contextos de interação, pode permitir um maior entendimento da sociabilidade em seu cotidiano e do significado de determinadas ações e comportamentos na vida desse grupo social. A pesquisa mostrou alguns detalhes do cotidiano dos jovens que se considerados no momento da implementação dos projetos e políticas, esses podem obter maiores êxitos. Um dos critérios de admissão dos jovens ao Projeto Agente Jovem era a fragilidade dos vínculos familiares, o fato dos jovens pesquisados permanecerem um grande tempo no espaço da casa significa algo quanto a situação dos seus vínculos familiares? É uma pergunta que pode ser respondida com o estudo do usos do tempo.

Outra questão importante, passível de ser aprofundada em uma pesquisa desse caráter, é a disponibilidade de tempo livre no cotidiano dos jovens. Segundo Castellá Sarriera et al. (2007), O tempo livre para os jovens possui grande importância, na medida em que contribui para estabelecimento das relações, compreensão dos seus processos psíquicos, construção de independência emocional, tomada de consciência de sua originalidade, adoção de escala de valores, entre outras funções, desse modo os jovens sujeitos da pesquisa, dispondo de pequena parcela de tempo livre, tem diminuído a realização de atividades que conformam sua futura personalidade.

Pode-se ainda observar na análise dos usos do tempo dos “Agentes Jovens” a representação dos papéis tradicionais de gênero, esses papéis sexuais, que acabam por influenciar de tal modo a vida cotidiana que a organização das atividades diárias costumam se dar em torno dessa divisão sexual das atividades cotidianas. Segundo Eleonora Cebotarev (1984. p, 47) essa distribuição do tempo em torno desses papéis reforçam ainda mais o status, o poder e as identidades relacionadas aos papéis tradicionais.

Este artigo procurou trazer a tona a importância da categoria tempo para a elucidação das questões sociais e apresentar um pequeno recorte de uma pesquisa utilizando a

metodologia de usos do tempo para discutir sua potencialidade na elaboração de diagnóstico a fim de subsidiar o desenvolvimento de políticas, assim como conhecer as multiplicidades de processos sociais existentes dentro de um mesmo grupo separado por diferença de gênero, de meio onde vive, como rural e urbano, diferenças de classe social, de raça entre outros aspectos.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Prof. Mário Hélio Trindade de Lima (In Memoriam) pelos ensinamentos e orientação ao grupo de estudo de Métodos dos Usos do Tempo e Juventude, sem o qual esse trabalho não seria possível.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. **Violência e Vulnerabilidade Social**. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana*. Madri: Comunica. 2003.

_____ ; CASTRO, Mary Garcia. **Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas**. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 – 20 de Setembro de 2004.

AGUIAR, Neuma. **Time Use Analysis in Brazil: How far Will time use studies have advanced in Brazil by the year 2000?** Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. Livro de Códigos. **Pesquisa dos Usos do Tempo de Belo Horizonte**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/portaria879.pdf>> Acesso em 05 de maio de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

- CEBOTAREV, E. A. **A organização do tempo de atividades domésticas e não domésticas de mulheres camponesas na América Latina.** In AGUIAR, N. (Org.), *Mulheres na força de trabalho da América Latina: Análises quantitativas.* Petrópolis, Vozes, 1984.
- DAYRELL, J. **O jovem como ser social.** *Revista Brasileira de Educação.* Nº 24 set-dez 2003.
- DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo, Ed. Paulinas, 1989.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- EVANS-PRITCHARD, E. **Oráculos, magia e bruxaria entre os Azande.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens urbanos da eja e os usos sociais do tempo.** 32º Reunião anual da Anped. GT-18: Educação de Pessoas Jovens e Adultas, 2009.
- GUIMARÃES, Alessandro da Silva. **Trajetórias de vida e projetos de futuro de jovens de classes populares: um estudo de caso de agentes jovens do município de Vitória/ES.** Monografia . 2009. 202 f.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, Vozes, 1975.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** 2ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais?** *Estudos de Sociologia, Araraquara,* 18/19, 193-203, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo, Ática, 1991.
- LIMA, M. H. T. ; RANDOLPH, R. **Novas Formas de Exclusão Social? Reflexões sobre o digital divide.** *Cadernos Metrópole, São Paulo,* v. 1, n. 4, p. 281-314, 1999.
- _____. **A Contextualidade de Locais e a Totalidade Social: uma interpretação das práticas de quatro grupos sociais rurais e urbanos.** In: Milton Santos. (Org.). *O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização.* São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.
- MACHADO, Juliana Brandão. **As temporalidades no cotidiano de jovens porto-alegrenses.** Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado – Educação), UFRGS.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** 2ª. Ed. São Paulo, Contexto, 2008.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo, Educ/ Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3ª. Edição. São Paulo, Hucitec, 1999.

SARRIELA Castellá Jorge et alli. **Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular.** In: Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 20, n.3, Porto Alegre, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz et alii. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo: 1979-2006.** Relatório de Pesquisa, FAPES, 2007.